
A Dinâmica Populacional da Região Metropolitana de Natal no Período 2000/2010

Caroline Silva de Araújo¹

Resumo

A Região Metropolitana de Natal (RMN) é atualmente, formada pelos municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará - Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre e Vera Cruz. Uma característica importante que integraliza essa região é o movimento pendular da população em direção a seus postos de trabalho, e a busca por bens e serviços especializados que só existem na capital metropolitana. As aglomerações urbanas registram o processo de interdependência existente entre as cidades e as regiões polarizadas dentro de um espaço territorial. Os primeiros dados do Censo Demográfico 2010 revelam que a Região Metropolitana continua aumentando a sua participação em relação ao total da população do Rio Grande do Norte. No entanto, nota-se que a capital metropolitana Natal, perde participação em relação ao total da população da RMN, ao passo que os municípios de Extremoz, Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante aumentaram a sua participação. Isso significa dizer que, o aumento populacional da região metropolitana tem se espreado da capital para os municípios vizinhos, em detrimento do vertiginoso crescimento urbano. Portanto, é de fundamental importância que exista uma análise mais aprofundada do crescimento populacional das cidades que compõem a região metropolitana de Natal e ainda averiguar se os municípios periféricos comportam-se ou não como cidades-dormitório, para a elaboração de políticas sociais e econômicas no país, principalmente pensadas numa perspectiva regional.

Palavras-Chave: Crescimento Urbano; Mobilidade Pendular; RMN.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: carolineara-uj@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O assunto a ser abordado pertence à área da *Economia Regional e Urbana*, e de caráter mais específico, o tema definido a ser estudado é o do *Crescimento Urbano*.

Segundo a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, a função da cidade é atuar como centro de serviços para si mesma, e para as localidades próximas a ela - as regiões complementares. Portanto, as cidades crescem porque o desenvolvimento econômico e o aumento da renda levam a um crescimento da demanda de bens e serviços centrais mais que proporcionalmente. Um lugar central fornece bens e serviços para si mesmos e para regiões periféricas (dependentes), uma vez que, bens e serviços centrais não estão disponíveis em todas as localidades. Então, o conceito de lugar está atrelado às concentrações de oferta de bens e serviços. E portanto, a oferta de bens e serviços, traz consigo a geração de oportunidades de emprego e renda para os habitantes das cidades empregadas em seu fornecimento.

Diante da necessidade de analisar o cenário atual de desenvolvimento urbano e regional, e buscando respostas quanto à caracterização do crescimento urbano no que se refere ao crescimento populacional entre os municípios de uma Região Metropolitana, desencadeou-se a elaboração desta pesquisa.

Pretende-se, então analisar o cenário que abrange a Região Metropolitana de Natal (RMN), através da observância das especificidades decorrentes das interações populacionais. É de fundamental importância o estudo das relações de interdependência existentes entre os municípios de uma Região Metropolitana, podendo assim, verificar quais os determinantes pertinentes ao crescimento urbano e os fluxos de desenvolvimento que os interligam.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Até a 2ª Guerra Mundial, o espaço e os problemas ligados ao espaço mantiveram-se ignorados pelos cientistas. A consolidação política e econômica do pós-guerra permitiu a aplicação das ideias de Keynes. Com a grande crise de 29, o liberalismo econômico passa para segundo plano, e o papel do Estado torna-se importante, atuando através de políticas de planejamento. A partir de 1954, nasce então, a ciência regional, com o intuito de estudar a intervenção humana no espaço.

O crescimento econômico manifesta-se de forma desigual e combinada no espaço, o que se traduz em desigualdades. E o papel da ciência regional é tentar reduzir essas disparidades respondendo aos problemas levantados pela região. Segundo BENKO (1999), o nascimento da ciência regional coincide com a vontade política de equilibrar o desenvolvimento a nível nacional e a nível mundial. E ainda afirma que:

“Falar de economia espacial resume-se admitir que há entidades espaciais, que formam a base dinâmica dos processos econômicos. Numa primeira etapa, passa-se

gradualmente da noção de região natural à noção de região econômica” (BENKO,1999).

Na análise dos espaços, Perroux, parte da constatação do abandono de espaço euclidiano² em favor da função mais ampla de espaço abstrato, para conceituar os espaços econômicos. Ele estabelece três diferentes conceitos:

1. Região Homogênea: Há uma pequena dispersão de características de cada unidade em relação ao conjunto. A ideia referente à região é de que há certa uniformidade;
2. Região-Plano: A região é composta por um conjunto de atividades de estudo e previsão que servem para a tomada de decisão a serviço das empresas e autoridades públicas. Os planos de desenvolvimento são exemplos de uma região de planejamento.
3. Região Polarizada: O espaço atua como um campo de forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), e surge devido a concentrações da população e/ou produção. Uma área polarizada atua como área de influência para toda a área circunvizinha, atraindo a população da periferia para as oportunidades de emprego e serviços;

De acordo com a Teoria dos Lugares Centrais, de CHRISTALLER, o espaço organiza-se dispondo de lugares subordinados em torno de um lugar central, e as funções desempenhadas apresentam-se de forma hierárquica, a partir do lugar central, e que, segundo RICHARDSON (1981), configura-se como a teoria mais amplamente difundida sobre o crescimento urbano. Essa teoria trata das relações econômicas entre áreas distintas, para explicar como se distribuem no espaço:

“De acordo com a teoria, o crescimento da cidade depende de sua especialização em vários tipos de serviços urbanos, ao passo que o nível da demanda de serviços urbanos sobre a área atendida determina o ritmo de crescimento dos lugares centrais.” (RICHARDSON,1981).

Segundo essa teoria um lugar central fornece bens e serviços para si mesmos e para regiões periféricas (dependentes), uma vez que, bens e serviços centrais não estão disponíveis em todas as localidades. O conceito de lugar está atrelado às concentrações de oferta de bens e serviços. Os dois conceitos-chave que determinam a oferta de determinados bens e serviços em lugares centrais, e os fatores que modificam o lugar central são: o limite crítico e o alcance de um bem. O limite crítico pode ser expresso através do nível mínimo da população ou da renda necessário para estimular o fornecimento do serviço. E o alcance do fornecimento de determinados serviços têm como principal determinante a distância interurbana entre as cidades no que condiz aos custos monetários de transporte.

Assim, os lugares são hierarquizados em grau de centralidade e dependência, com base na hierarquia de bens e serviços oferecidos. A hierarquia dos lugares centrais resulta das relações definidas a partir do tamanho e da função dos centros, e da distância interurbana existente entre as cidades.

² Define-se como espaço euclidiano, a relação entre continente (que contém), e conteúdo (que é contido) (CLEMENTE, 1994).

O crescimento econômico não é difuso por todo espaço, portanto, se manifesta em certos pontos: os polos de crescimento. O polo é o centro dinâmico de uma região, e o seu crescimento se dá sobre a região que a cerca, através dos fluxos criados da região para o centro e refluxos do centro para a região. Com base nas ideias de PERROUX, os polos podem ser classificados quanto à escala de abrangência em polo-nação (fatos econômicos extravasam ou comprimem-se ao espaço político do Estado), polo-região (exerce grande influência sobre seu território e de países vizinhos) e polo-cidade (apresentado por uma cidade).

Os eixos de desenvolvimento se traduzem nas vias de propagação dos preços, e o cruzamento de dois ou mais eixos são denominados nós de tráfego. A presença de uma determinada indústria em um local provoca a formação de certa infraestrutura e atrai outras indústrias complementares. A existência de vários polos em uma determinada região forma as zonas de desenvolvimento. Por fim, os conjuntos que englobam os polos, as zonas de desenvolvimento e os eixos de desenvolvimento, formam os pontos de desenvolvimento.

De acordo com ANDRADE (1987), observa-se também, a existência de uma hierarquia entre os polos conforme a extensão de sua área polarizada, e sua importância econômica. Cada polo tem em torno de si uma área de influência, exercendo maior força de atração nas áreas que lhes são próximas do que nas mais afastadas. Os centros podem ser classificados em: locais, sub-regionais, de pequena região, de grande região e nacionais.

Diante da explanação desse arcabouço teórico é que se almeja analisar o cenário de crescimento urbano das localidades periféricas da Região Metropolitana de Natal em relação à localidade central da mesma.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN)

A trajetória de desconcentração econômica aumenta a diversificação econômica e social das regiões e cidades. Segundo IPEA (2002), as cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação territorial, servindo como sítios de povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós de redes financeira e informacional.

A cidade compõe um sistema que integra uma rede de cidades, e tem papel fundamental na organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas registram o processo de interdependência existente entre as cidades e as regiões polarizadas dentro de um espaço territorial.

Segundo IPEA (2002), as regiões de influência das cidades é um quadro de referência do sistema urbano brasileiro, utilizado para fins de gestão do território, planejamento regional e municipal, estudos de urbanização, e racionalização quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infraestrutura social. Dessa forma, as cidades brasileiras são classificadas segundo seu grau de centralidade.

De acordo com a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, a função da cidade é atuar como centro de serviços para si mesma, e para as localidades próximas a ela - as regiões complementares. Portanto, as cidades crescem porque o desenvolvimento econômico e o aumento da renda levam a um crescimento da demanda de bens e serviços centrais mais que proporcionalmente. Um lugar central fornece bens e serviços para si mesmos e para regiões periféricas (dependentes), uma vez que, bens e serviços centrais não estão disponíveis em todas as localidades. Então, o conceito de lugar está atrelado às concentrações de oferta de bens e serviços. E portanto, a oferta de bens e serviços, traz consigo a geração de oportunidades de emprego e renda para os habitantes das cidades empregadas em seu fornecimento.

Segundo FREITAS (2009), O processo de metropolização ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa grande cidade, também chamada de metrópole, constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população.

Segundo BRAGA & CARVALHO (2004, p.08) in FREITAS (2009): “Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua (...)”.

O processo de metropolização no Brasil iniciou-se nos anos 70, e Natal foi reconhecida como Aglomeração Urbana não Metropolizada. A Região Metropolitana de Natal foi instituída somente em 16 de janeiro de 1997, pela Lei Complementar Estadual Nº. 152. Na época, a Região era formada pelos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba e Ceará-mirim. Por iniciativa do Executivo, em 2002, os municípios de Nísia Floresta e São José de Mipibu foram anexados. Em 2005, por proposição do Legislativo, foi introduzido o município de Monte Alegre. E, mais recentemente, em 2009, foi incluído o município de Vera Cruz. Assim, totalizando dez municípios constituintes da Região Metropolitana de Natal.

CONFIGURAÇÃO ATUAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: DESCONCENTRAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO

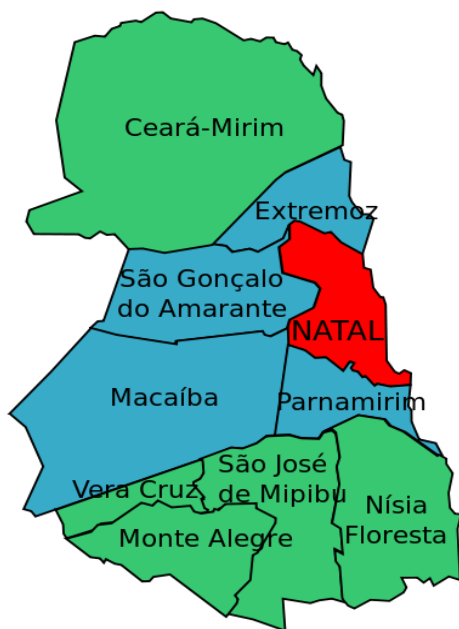
A Região Metropolitana de Natal (RMN) é atualmente, formada pelos municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre e Vera Cruz, conforme a Figura 1. Inicialmente, uma característica importante que integraliza essa região é o movimento pendular da população em direção a seus postos de trabalho, e a busca por bens e serviços especializados que só existem na capital metropolitana. E essa movimentação pendular, faz com que ocorra uma concentração ainda maior

de bens e serviços centrais na capital e que os municípios ao seu redor atuem cada vez mais como cidades-dormitório³.

A partir do estudo do crescimento populacional da Região Metropolitana de Natal, e do comportamento dos municípios atuantes como região complementar à localidade central - a capital metropolitana -, no que se refere a esse processo propiciado pelo seu crescimento urbano, será realizada uma análise comparativa dos dados dos Censos Demográficos dos períodos de 2000 e 2010.

Os primeiros dados do Censo Demográfico 2010 revelam que a Região Metropolitana continua aumentando a sua participação em relação ao total da população do Rio Grande do Norte. Em 2000, representava 39,5% da população do RN, e esse percentual aumentou para 41,1% em 2010. No entanto, nota-se que a capital metropolitana Natal, perde participação em relação ao total da população da RMN, ao passo que os municípios de Extremoz, Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante aumentaram a sua participação. Isso significa dizer que, o aumento populacional da região metropolitana tem se espreado da capital para os municípios vizinhos, em detrimento do vertiginoso crescimento urbano.

Figura 1 - Estrutura Político-Administrativa da Região Metropolitana de Natal-RN.



Fonte: Mapa Base – Semurb, 2000.

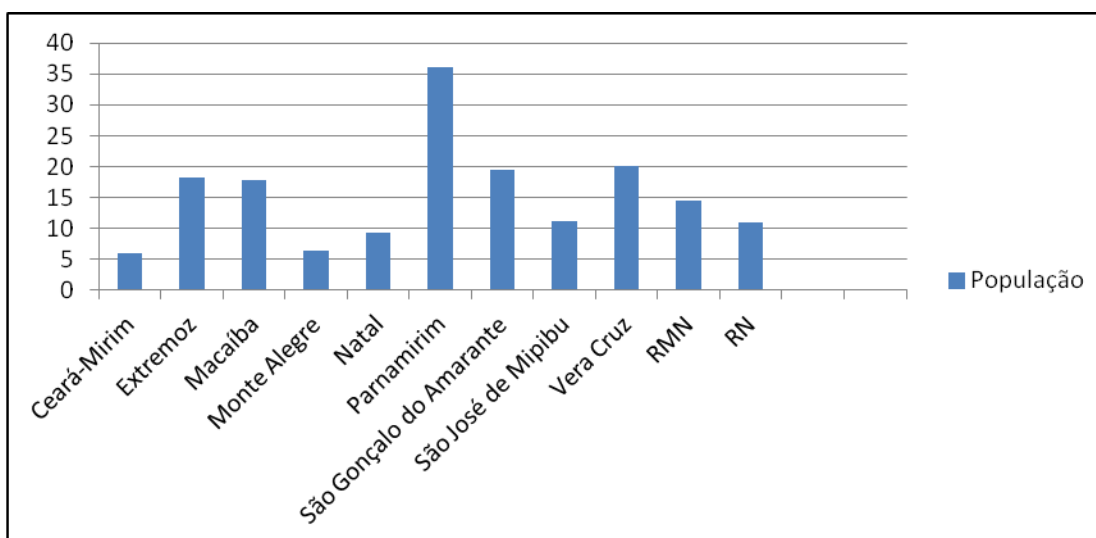
Dados recentes de crescimento da população no comparado 2000-2010. No tocante ao crescimento populacional, Natal é um dos municípios que apresentam menor taxa de crescimento para o período, de 9,3%. De acordo com o Gráfico 1, mais

³ Cidades-dormitórias são aquelas nas quais, as atividades existentes não são suficientes para empregar a sua população. Dessa forma, a maior parte da sua população desloca-se diariamente para a cidade mais próxima e de maior dinamismo econômico para trabalhar (OJIMA, *et al*)

uma vez é possível detectar que o crescimento populacional está se interiorizando, ao observar que as maiores taxas (com exceção do município de Vera Cruz), são dos municípios que entornam a capital: Extremoz (18,2%), Macaíba (17,8%), Parnamirim (36,1%) e São Gonçalo do Amarante (19,4%). Com destaque para o município de Parnamirim que apresenta a maior taxa de crescimento do período.

Segundo OBSERVATÓRIO (2010): “Analisar a distribuição populacional com base na complexidade da rede urbana brasileira é fundamental para a elaboração de políticas sociais e econômicas no país, principalmente pensadas numa perspectiva regional. Sob esse aspecto importa, sobretudo, compreender o lugar das metrópoles na rede urbana tendo em vista que esses espaços necessitam de políticas que sejam pensadas no seu conjunto”.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Populacional da RMNatal – 1991/2000



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1991/2000.

Portanto, é de fundamental importância que exista uma análise mais aprofundada do crescimento populacional das cidades que compõem a região metropolitana de Natal. E ainda averiguar se os municípios periféricos comportam-se ou não como cidades-dormitório, através de dados que possibilitem verificar o nível de integração entre eles. Uma vez que essa população cresce, ocorre também um aumento da demanda por bens e serviços especializados que estão apenas disponíveis na capital e requer agora, planejamento para que estejam também disponíveis nos demais municípios que compõem a região metropolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a Região Metropolitana de Natal – RMN (RN), acredita-se que a pequena distância dos municípios periféricos em relação ao lugar central (capital

metropolitana) permitiu que o mesmo não se especializasse na oferta de vários tipos de bens e serviços urbanos. Sendo assim, esses municípios são caracterizados como cidades-dormitório, onde ocorre o movimento pendular da população em direção aos postos de emprego e em busca de bens e serviços especializados.

Foi possível ainda detectar que o crescimento populacional está se interiorizando, ao observar que as maiores taxas de crescimento, são dos municípios que entornam a capital: Extremoz, Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, com destaque para o município de Parnamirim que apresenta a maior taxa de crescimento do período.

Portanto, ainda é possível admitir que em detrimento do crescimento da população e da conseguinte expansão da demanda por bens e serviços centrais desse crescente volume da população, desencadeou-se a necessidade de certa especialização em determinados tipos de bens e serviços por parte dos municípios. Por fim, é possível aceitar que o crescimento dessa população, que gera constante crescimento da demanda por bens especializados, é que vai criar novos mercados consumidores na região. Isto é, a população local que anseia por bens e serviços especializados, pode ser satisfeita a partir da criação de novos mercados locais que se especializem nesses bens e serviços, gerando assim, novos postos de emprego e renda local, fazendo com que o alto grau de dependência da capital metropolitana seja reduzido.

REFERÊNCIAS

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana/ IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001.

ANDRADE, Manoel C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** Uma introdução a economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e urbana.** São Paulo: Atlas, 1994.

FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas:** uma abordagem conceitual. *Humanae*, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Antônio Simões. **Desenvolvimento Regional:** problemática, teoria, modelos. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. **As Metrôpoles no Censo 2010:** novas tendências? Disponível em:

http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_Metrolopes Dez 2010.pdf. Acesso em: 15/11/11.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. Moraes. **A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório:** caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais_outros/5EncNacSobre Migracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf. Acesso em: 06.11.11.

RICHARDSON, Harry W.. **Economia Regional**: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.